



CONCURSO PÚBLICO
Edital n. 01/2008-CMBH

CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA – EDUCAÇÃO E CULTURA
Código 107

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.
Elas fazem parte da sua prova.

Este caderno contém a **Prova Objetiva** abrangendo **Língua Portuguesa, Conhecimentos Específicos e Noções de Direito Público.**

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, número de inscrição e cargo de opção;
- assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta;**

- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;

- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO: Nos termos do Edital n. 01/2008-CMBH, “Será eliminado deste concurso público o candidato que [...] **portar arma** no local [...], **portar – mesmo que desligados** – ou fizer uso de quaisquer equipamentos eletrônicos [...] tais como relógio digital [...], **telefone celular**, [...] ou outros similares [...]” (subitem 7.16, alíneas “e” e “f”).

O TEMPO TOTAL DE DURAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E ABERTA É DE 5 (CINCO) HORAS INCLUINDO O PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS E A TRANSCRIÇÃO DE RASCUNHO, SE HOVER.

ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **50 (cinquenta) questões objetivas sendo 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos Específicos e 10 (dez) questões de Noções de Direito Público** —, cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas**, das quais apenas **uma** responde corretamente ao que é solicitado em cada questão.

Havendo algum problema, informe-o ***imediatamente*** ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, ***não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.***

Língua Portuguesa

INSTRUÇÃO: As questões de 1 a 15 relacionam-se com o texto abaixo. Leia-o com atenção antes de responder a elas.

Constituição – 20 anos

A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico delas. Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores. “A Assembléia Constituinte era
5 composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil”, lembra Bernardo Cabral, relator-geral da Constituição. Alguns impasses eram insolúveis, como provam os diversos temas consagrados no texto, mas deixados à espera de uma lei complementar. Até hoje há dezenas de
10 artigos que aguardam regulamentação. Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira. Dois méritos se agigantam quando se fala da Constituição de 88. Assim que foi promulgada, ela se tornou um símbolo. Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país havia cumprido a transição democrática. Como na primeira hora, a Carta preserva
15 essa força simbólica. Acima de tudo, ela deu ao país instituições funcionais, verdadeiras máquinas de resolver conflitos sem rupturas políticas dramáticas e paralisantes, e, fazendo isso, proporcionou ao Brasil um caminho trilhável para o futuro. Não é pouca coisa.

As luzes da democracia só chegaram ao país em 1891, um século após
20 nascer na Europa e nos Estados Unidos. No século passado, o Brasil conheceu apenas lampejos democráticos, intercalados com as longas sombras dos períodos autoritários. Antes da Carta de 88, foram quatro constituições e duas ditaduras — a de Getúlio Vargas e a dos militares. A cada terremoto institucional, seguia-se uma nova Constituição.

Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque
25 ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável. Ainda assim, a nova certidão de nascimento contém falhas congênitas. Um dos maiores estudiosos da história dos governos, o inglês S.E. Finer definiu desta forma as constituições: “Elas são códigos de normas
30 que pretendem regular a distribuição de poderes, funções e deveres entre as várias agências do governo e definir as relações entre eles e o povo”. Aí se encontra, por assim dizer, o mínimo denominador comum de um texto constitucional, preocupado em separar os poderes, organizar o funcionamento do estado e garantir os direitos individuais dos cidadãos. A Carta brasileira não se contentou com as nobres
35 funções definidas por Finer e, seguindo uma tendência das constituições no século XX, encantou-se com o dirigismo econômico a ponto de ameaçar o funcionamento da atividade produtiva.

É notório o detalhismo da Carta de 88. Quando se examinam os artigos que ficaram de fora do texto final, nota-se a disposição dos constituintes para o detalhe.

40 Um artigo suprimido estabelecia, por exemplo, que “homens e mulheres teriam direitos iguais, excetuando-se os períodos de menstruação”. Dois deles, que ficaram na redação definitiva, citam a Ordem dos Advogados do Brasil, o que faz dela, talvez, como observou o constituinte Roberto Campos, o único “clube de profissionais” a eternizar-se em um texto constitucional. O detalhismo foi uma
45 opção dos constituintes baseada no que acreditavam ser sua mais nobre missão, como explica o constitucionalista Oscar Vilhena, da Universidade de São Paulo: “Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na
50 Constituição”.

Paradoxalmente, a Carta de 88 perpetuou a concentração do poder no Executivo, dando continuidade a uma tradição que remonta ao império. O governo federal se manteve senhor absoluto da chave do cofre, de modo que o grosso dos tributos pagos pelo contribuinte continuou fazendo uma escala nos cofres da União
55 para só então ser distribuído, ao alvitre do poder central, aos estados e municípios. Qual seria a alternativa? Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis mostrava que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo. A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de
60 regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto. Diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp: “O modelo aprovado pelos constituintes resultou numa concentração ainda mais aguda de poderes do governo central, o que causa um desequilíbrio na harmonia do sistema democrático. Esse presidencialismo imperial levou ao
65 enfraquecimento do Congresso e do sistema partidário”.

Não faltaram momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88. O mais agudo deles foi o processo de ‘impeachment’ do presidente Collor, todo ele conduzido dentro da legalidade do Congresso. Nos crimes de corrupção que se seguiram, seja no governo Fernando
70 Henrique Cardoso, seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se cogitou recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais.

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova
75 Carta: “Ela tornará o Brasil ingovernável”, disse Sarney. Ele se baseava na avaliação — acertada — de que os dispositivos econômicos da Constituição embutiam enormes desequilíbrios. As emendas salvaram-na do vaticínio de Sarney. O presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou uma cadeia de rádio e TV para reafirmar suas convicções: “Será a
80 Constituição Cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo”. Ulysses tinha certeza de ter produzido uma Constituição com “cheiro de amanhã, não de mofo”. À sua maneira, tanto Sarney quanto Ulysses estavam certos. A Carta de 88 refletiu a hegemonia da sociedade civil e dos princípios democráticos. Seria, portanto, uma
85 redução ociosa classificá-la como boa ou ruim. Ela veio a ser funcional no terreno da política e na arquitetura social — e, graças às dezenas de emendas que recebeu nessas duas décadas, foi se tornando menos pesada na economia. É a cara do Brasil.

Veja, 8/10/2008, texto adaptado.

Questão 1

A alternativa que **NÃO** contém um desdobramento apresentado no texto como ponto negativo da Constituição é

- A) debilitação dos partidos políticos.
- B) excesso de pormenores, com o objetivo, entre outros, de se controlar a atividade econômica.
- C) generosidade em relação aos direitos sociais, tornando a gestão pública quase inviável.
- D) restrição das prerrogativas da Câmara e do Senado, no que diz respeito à atividade legiferante, como decorrência da hipertrofia do Executivo.

Questão 2

O texto apresenta os constituintes de 88 como

- A) corporativistas, marcados pela carência de princípios éticos.
- B) idealistas, caracterizados pela heterogeneidade e pela profusão de interesses.
- C) inconseqüentes, eivados pelo temor decorrente da repressão do período ditatorial.
- D) sérios e responsáveis, identificados pela capacidade de aquiescer e fazer concessões diante de impasses.

Questão 3

Assinale a alternativa que apresenta uma assertiva que **NÃO** condiz com as idéias expressas no texto.

- A) A aprovação de emendas à Constituição resgatou, de alguma forma, a governabilidade do Brasil.
- B) A inclusão na Carta do dispositivo que trata da OAB se justifica pelo fato de ser a mais reconhecida entidade de classe de defesa dos direitos sociais e humanos.
- C) Num regime ideal, haveria maior desconcentração de poder, inclusive no que se refere à repartição de recursos públicos.
- D) O *impeachment* de Collor representou um teste, um momento institucional em que foram respeitados os princípios democráticos implantados com a Constituição de 1988.

Questão 4

O texto vincula os temas cuja regulamentação depende de lei complementar

- A) à necessidade de detalhamento, impertinente numa Constituição.
- B) à ausência de acordo, conseqüência da diversidade de percepções e interesses.
- C) à prioridade para os temas mais instigantes e prementes.
- D) ao fato de não abordarem temas alheios a uma Constituição.

Questão 5

“Será a Constituição Cidadã porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros.”
(linhas 79-80)

Assinale a alternativa em que a substituição do termo sublinhado pelo pronome correspondente está **CORRETA**.

- A) Será a Constituição Cidadã porque os recuperará como cidadãos.
- B) Será a Constituição Cidadã porque recuperá-los-á como cidadãos.
- C) Será a Constituição Cidadã porque lhes recuperará como cidadãos.
- D) Será a Constituição Cidadã porque recuperar-lhes-á como cidadãos.

Questão 6

“A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação.” (linhas 1-2)

Assinale a redação que **NÃO** é admitida pela norma culta.

- A) Completaram-se vinte anos desde a promulgação da Constituição.
- B) Faz vinte anos que a Constituição foi promulgada.
- C) Promulgou-se, há vinte anos, a Constituição.
- D) Tem vinte anos que a Constituição foi promulgada.

Questão 7

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta: “Ela tornará o Brasil ingovernável”, disse Sarney.

Mantendo-se o contexto e preservando-se o significado, a estrutura sublinhada pode ser substituída por

- A) Sarney afirmou que ela torna o Brasil ingovernável.
- B) Sarney afirmou que ela tornará o Brasil ingovernável.
- C) Sarney afirmou que ela tornara o Brasil ingovernável.
- D) Sarney afirmou que ela tornaria o Brasil ingovernável.

Questão 8

Assinale a alternativa em que **NÃO** se admite a correspondência entre o termo destacado e a expressão entre colchetes.

- A) “A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto. [ATOS EXCEPCIONALÍSSIMOS]
- B) “A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico delas.” [DAS FORÇAS POLÍTICAS DOMINANTES]
- C) Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta [...] [A JOSÉ SARNEY]
- D) “Elas são códigos de normas que pretendem regular a distribuição dos poderes [...]” [CÓDIGOS DE NORMAS]

Questão 9

“Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável.”

Considerando o período destacado acima, assinale a alternativa em que a redação proposta **NÃO** preserva o sentido do texto.

- A) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Logo seu DNA era robusto e saudável.
- B) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais, pois seu DNA era robusto e saudável.
- C) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, assim, robusto e saudável.
- D) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, pois, robusto e saudável.

Questão 10

Ainda que provoque alguma alteração no sentido, a substituição do termo sublinhado pela forma verbal entre colchetes **NÃO** acarreta erro de concordância em

- A) “A Constituição de 88 deu ao Executivo a dívida das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto.” [SE TORNARAM]
- B) “Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis mostrava que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo.” [MOSTRAVAM]
- C) “Não faltaram momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88.” [FALTOU]
- D) “[...] seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se cogitou recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais.” [COGITARAM]

Questão 11

“A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens.” (linhas 4-5)

Assinale a forma ativa correspondente ao período acima.

- A) Pessoas de todas as origens compõem a Constituinte.
- B) Pessoas de todas as origens comporiam a Constituinte.
- C) Pessoas de todas as origens compunham a Constituinte.
- D) Pessoas de todas as origens compuseram a Constituinte.

Questão 12

“Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira.” (linhas 10-11)

Assinale a redação que **NÃO** contém erro gramatical.

- A) Vista por esse prisma, a Constituição deixou claro que existem bastantes pontos de dissenso na vida pública brasileira.
- B) Vistas por esse prisma, as disposições constitucionais deixaram claro os traços da existência de dissenso na vida pública brasileira.
- C) Visto por esse prisma, o texto constitucional deixou claro o quão repleto de dissenso é a vida pública brasileira.
- D) Vistos por este prisma, os dispositivos do texto constitucional deixaram claras as evidências de como se fez presentes na vida pública brasileira o dissenso.

Questão 13

“Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país havia cumprido a transição democrática.” (linhas 13-14)

A alternativa que contém uma forma verbal correspondente, em tempo e modo, à estrutura sublinhada é

- A) cumpria.
- B) cumprira.
- C) cumpriria.
- D) cumpriu.

Questão 14

De acordo com o Decreto n. 6.583, publicado no “Diário da União” de 30/09/2008, “não se acentuam graficamente os ditongos da sílaba tônica das palavras paroxítonas”.

Nos termos da mesma publicação, “o Acordo, que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009, obedecerá a um período de transição até 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica em vigor e a nova norma estabelecida.”

Assinale a alternativa que contém um vocábulo em que o acento gráfico — ainda obrigatório — se justifica pela regra do ditongo mencionada na transcrição acima.

- A) Assembléia.
- B) País
- C) Período
- D) Pôr

Questão 15

A alternativa em que a nova redação preserva o sentido e a correção gramatical é

- A) “A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil” [...] Pessoas de todas as origens compunham a Assembléia Constituinte: banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros, que queriam, todos estarem representados e, a seu modo, melhorar o Brasil. [...]
- B) “A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação.” Na ocasião de sua promulgação, a Constituição — que agora completa vinte anos — refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil.
- C) “Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores.” Como a história, as constituições são escritas pelos vencedores, haja vista que não só materializam os acordos possíveis como também os consensos perfeitos.
- D) “Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição”. Encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição parecia, naquele momento, serem a maneira mais apropriada dos constituintes assegurarem que não se repetisse os abusos da ditadura como a censura e a perseguição política.

Conhecimentos Específicos

Questão 16

Após levantamentos e estudos realizados sobre as condições socioculturais e econômicas da população local, a Secretaria Municipal de Educação do município X concluiu pela necessidade de alterar o calendário escolar, definindo sua organização pela alternância regular de períodos de estudos.

Pode a autoridade pública definir essas alterações?

- A) **Sim**, desde que o calendário escolar esteja adequado às peculiaridades locais, com previsão, se necessário, de redução do número de horas letivas previsto na LDBEN, Lei n. 9.394/96.
- B) **Não**, uma vez que a carga horária mínima anual deverá ser de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias contínuos de efetivo trabalho escolar.
- C) **Sim**, de acordo com o art. 23 das Disposições Gerais da LDBEN, Lei n. 9.394/96, que permite variadas formas de organização da educação básica, considerando o que o interesse do processo de aprendizagem recomendar.
- D) **Não**, considerando que um dos princípios que rege o ensino, de acordo com a LDBEN, Lei n. 9.394/96, é a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Questão 17

Considerando a necessidade de construção constante e progressiva da capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade, à dos países desenvolvidos, o Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/01) estabelece prioridades, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais.

Analise as proposições abaixo, que se referem à idéia destacada no trecho sublinhado.

- I. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.
- II. Valorização dos profissionais da educação, com particular atenção dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores.
- III. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.
- IV. Ampliação do atendimento na educação infantil, no ensino médio e na educação superior.

Configuram-se como prioridades estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação

- A) apenas os itens II e III.
- B) apenas os itens I e IV.
- C) apenas os itens III e IV.
- D) todos os itens.

Questão 18

Leia o seguinte texto.

Apenas o Sudeste alcança meta de escolaridade estipulada pela Constituição, diz Ipea

Do UOL Notícias

Vinte anos após a Constituição Federal ser aprovada, apenas os moradores de mais de 15 anos da região Sudeste do País têm a escolaridade mínima obrigatória estipulada na Carta: oito anos de estudo. O dado faz parte de uma pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) baseada em números da Pnad 2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, feita pelo IBGE).

O número de anos de estudo dos brasileiros vem crescendo desde 1992 de forma contínua e, em 2007, atingiu a média de 7,3 anos – um aumento de 0,1 em relação a 2006. Mas, excetuando-se o Sudeste, todas as regiões brasileiras seguem abaixo do ideal: no Sul, as pessoas com mais de 15 anos estudam em média 7,6 anos; no Centro-Oeste elas são 7,5; no Norte, 6,8; e no Nordeste, elas têm apenas 6 anos de estudo. Ao analisar os números separadamente, observa-se que, quanto maior a faixa etária, menor a escolaridade. Por exemplo, as pessoas de 18 a 24 anos têm 9,1 anos de estudo, e a população com mais de 30 anos tem 6,5 anos.

Segundo o Ipea, o grande avanço na faixa etária entre 15 e 17 se explica pela "existência de um longo período de prevalência de políticas de universalização do ensino fundamental". Do outro lado, duas razões são apontadas pelo Ipea para a defasagem da escolaridade entre os mais velhos: falta de acesso a escola quando estavam em idade adequada e possível ineficiência dos programas de alfabetização de adultos e idosos.

Fonte - <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/10/14/ult5772u1058.jhtm>

De acordo com o texto, o aumento do número de anos de estudo dos brasileiros na faixa etária entre 15 e 17 anos tem como explicação a prevalência de políticas de universalização do ensino fundamental por um longo período.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que indica uma política que **NÃO** se encontra nessa categoria específica.

- A) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
- B) Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- C) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)
- D) Programa Bolsa-Escola.

Questão 19

O diagnóstico da educação fundamental no Plano Nacional da Educação aponta problemas históricos da educação no Brasil, no que se refere à sua universalização.

Analise as afirmativas abaixo, tendo em vista o referido diagnóstico.

- I. A ampliação das matrículas no ensino fundamental eliminou o fenômeno de crianças fora da escola.
- II. A distorção idade-série no ensino fundamental é consequência dos elevados índices de reprovação.
- III. As matrículas do ensino fundamental brasileiro superam o número de crianças na faixa de 7 a 14 anos, evidenciando uma situação de inchaço nesse nível de ensino.
- IV. A situação de distorção idade-série, que indica atraso no percurso escolar dos alunos, é um dos principais fatores de evasão.

A partir da análise das informações acima, pode-se concluir que estão **CORRETAS**

- A) apenas as afirmativas II e III.
- B) apenas as afirmativas I e IV.
- C) apenas as afirmativas II, III e IV.
- D) todas as afirmativas.

Questão 20

De acordo com Gadotti e colaboradores (2000), a avaliação institucional entrou definitivamente para a agenda educacional na década de 90. Por meio dela, é possível compreender melhor os processos que produzem a instituição, o que permite a melhoria da qualidade de seus serviços e produtos. Para Gadotti, é fundamental que a avaliação institucional tenha caráter democrático e seja presidida pelo princípio da autonomia.

Considerando as idéias do autor, conclui-se que

- A) a avaliação deverá respeitar a diversidade e a heterogeneidade que caracterizam as instituições educativas.
- B) a avaliação institucional deve ser centralizada, de modo a garantir o uso de critérios comuns no processo de levantamento de dados.
- C) o processo de avaliação institucional deve restringir-se ao âmbito interno da instituição educativa.
- D) os critérios da avaliação institucional deverão ser uniformes, tendo em vista a necessidade de elaboração de políticas de grande abrangência.

Questão 21

Assinale a alternativa que apresenta a afirmação **INCORRETA**, conforme o disposto na Lei n. 11.494, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e de Valorização dos Profissionais da Educação.

- A) O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.
- B) Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração.
- C) Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária.
- D) Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Questão 22

Dentre as inúmeras inovações trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), está o estabelecimento dos limites e atribuições das várias esferas do Poder Público (União, Estados e Municípios), no que se refere à educação.

Considerando as atribuições dos municípios na organização e administração de seus próprios sistemas de ensino, analise as afirmativas abaixo e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Os sistemas municipais devem integrar-se às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.
- () Os municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental e médio.
- () É da competência dos municípios autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino.
- () Os municípios podem organizar seus próprios sistemas de ensino, integrar-se ao sistema estadual ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (V) (V) (F)
- B) (V) (F) (V) (V)
- C) (V) (F) (F) (V)
- D) (V) (F) (V) (F)

Questão 23

Considerando a estrutura da educação básica na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, analise as seguintes afirmativas.

- I. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, organiza-se em 1 (um) ciclo de idade de formação.
- II. O ensino fundamental regular diurno organiza-se em ciclos de 2 (dois) anos, consideradas as características e especificidades de formação de cada aluno.
- III. O ensino fundamental regular diurno organiza-se em 3 (três) ciclos de idade de formação.
- IV. O ensino médio tem a duração mínima de 3 (três) anos.

Pode-se concluir que estão **CORRETAS**

- A) apenas as afirmativas I, II e IV.
- B) apenas as afirmativas I, III e IV.
- C) apenas as afirmativas I e III.
- D) apenas as afirmativas III e IV.

Questão 24

Leia o seguinte trecho.

“A década de 90 representa um novo marco no desenho das políticas educacionais no Brasil. Três fatores foram determinantes para induzir esta mudança no perfil de atuação do Poder Público na área educacional. Em primeiro lugar, alcançou-se um razoável grau de consenso no diagnóstico das causas da baixa efetividade dos sistemas de ensino. Em segundo lugar, evoluiu-se para uma grande convergência das ações desenvolvidas pelos diferentes níveis de governo, sobretudo em relação ao ensino fundamental. Em terceiro lugar, a sociedade passou a dar maior valor à educação, mobilizando-se para reivindicar um ensino de melhor qualidade nas escolas públicas.” (CASTRO, 1999, p. 17).

No contexto descrito acima, novas diretrizes passaram a orientar as principais políticas e programas implementados pelo governo federal para a educação básica, a partir de 1995, assim como as iniciativas dos Estados e municípios.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que indica o foco dessas novas diretrizes.

- A) Busca de qualidade e promoção de maior equidade do sistema.
- B) Ênfase na centralização da gestão educacional.
- C) Investimento prioritário na ampliação da rede física.
- D) Recuperação dos salários dos professores e resgate do prestígio social da carreira.

Questão 25

Com base na **Resolução CME/BH n. 01/2000**, que fixa normas para a educação infantil no Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a avaliação da educação infantil se realizará mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, com o objetivo de sua promoção para o ensino fundamental.
- B) compete às instituições educacionais, respeitadas as normas comuns e as do Sistema Municipal de Ensino, elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- C) o currículo de educação infantil deverá observar as diretrizes curriculares nacionais.
- D) o regime de funcionamento das instituições de educação infantil atenderá as necessidades da comunidade, podendo ser ininterrupto no ano civil.

Questão 26

Analise as seguintes afirmações.

No atual contexto de globalização das relações econômicas, políticas e culturais e de acelerada mudança da base tecnológica e do processo produtivo, a educação tornou-se um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável e equitativo

porque a educação gera emprego e é imprescindível para manter o trabalhador empregado, favorecendo sua inserção social no mundo da produção.

Em relação às questões abordadas, pode-se concluir que

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.

Questão 27

Analise as seguintes afirmações.

A repetência, que interrompe o fluxo escolar do aluno, tem sido apontada, em estudos e avaliações, como grave empecilho ao desenvolvimento educacional

porque a repetência leva a gastos financeiros e pedagógicos que poderiam ser redirecionados para a melhoria de outros aspectos do sistema educacional.

Em relação às questões apresentadas, pode-se concluir que

- A) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- B) as duas afirmações são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.
- C) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- D) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.

Questão 28

Ao discorrer a respeito dos impactos das tecnologias da informação sobre o processo educativo, Gadotti e colaboradores (2000) destacam as vantagens da educação a distância baseada no uso da Internet, em comparação com outros tipos de educação a distância.

Com base na informação acima, analise as seguintes afirmativas e assinale aquela que **NÃO** compõe o conjunto de argumentos dos autores.

- A) A adaptação do estudante à modalidade de educação a distância pela Internet é fácil, devido as suas características atraentes.
- B) A distribuição do conhecimento pode ser feita em escala mundial.
- C) A internet possibilita a utilização de diversas técnicas de ensino, tais como textos, imagens, vídeos etc.
- D) Há uma redução dos custos de distribuição, pois, por meio da Internet, não há gastos com impressão e transporte.

Questão 29

O processo de concessão de benefícios do Programa Bolsa-Escola Municipal - BEM-BH observará a disponibilidade de recursos públicos e levará em consideração, prioritariamente, as seguintes condições, **EXCETO**

- A) participar de núcleo familiar em situação de risco.
- B) residir em área socialmente crítica.
- C) residir no Município por tempo mínimo de 5 (cinco) anos.
- D) ter até 11 anos e apresentar extrema defasagem escolar.

Questão 30

Uma mãe de dois filhos em idade escolar (7 e 10 anos), matriculados em uma escola estadual, procurou informar-se sobre as condições necessárias para se cadastrar no programa Bolsa Escola Municipal de Belo Horizonte. A família vive em condições precárias, uma vez que a mãe, única provedora, não tem emprego fixo. Depois de obter algumas informações sobre o programa, resolveu efetivar o cadastro, considerando ter direito a duas bolsas, referentes a cada um dos filhos.

Sua suposição está **correta**?

- A) **Sim**, uma vez que a faixa etária das crianças e sua condição de alunos matriculados em escola pública são critérios que estão de acordo com os requisitos previstos na lei, para acesso ao benefício.
- B) **Não**, porque o benefício é único e invariável relativamente ao número de alunos bolsistas integrantes de um mesmo núcleo familiar.
- C) **Sim**, porque a situação familiar preenche os requisitos definidos para ter direito aos benefícios.
- D) **Não**, porque, para ter direito ao benefício, as crianças devem estar matriculadas em escolas do sistema municipal.

Questão 31

Tendo em vista a necessidade de promover uma educação que contemple a diversidade regional e cultural do povo brasileiro e tomando como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei n. 9.394/96, é **CORRETO** afirmar

- A) que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente, da matriz africana.
- B) que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se recomendável o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
- C) que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito do currículo escolar da educação fundamental, em especial, nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.
- D) que, na oferta de educação básica para a população rural, os conteúdos curriculares e metodologias deverão ser apropriados às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

Questão 32

Marcelo tem 14 anos e a 4ª série de escolaridade. Teve uma trajetória escolar irregular e está fora da escola há um ano, sobretudo porque precisa trabalhar para ajudar a compor a renda familiar. Decidido a dar continuidade aos estudos, foi à sua antiga escola para informar-se a respeito de sua situação.

Tendo em vista as condições apresentadas e considerando que Marcelo foi orientado corretamente, em termos legais, assinale a alternativa que indica o nível ou a modalidade de ensino que Marcelo poderá cursar.

- A) Educação Especial.
- B) Educação Fundamental Regular.
- C) Educação de Jovens e Adultos.
- D) Educação Profissional e Tecnológica.

Questão 33

Considerando o disposto nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n. 2), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O atendimento escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas.
- B) Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais.
- C) Não são considerados educandos com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentam superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.
- D) Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais.

Questão 34

Uma proposta educacional que tem como objetivo o desenvolvimento de uma pedagogia sintonizada com o paradigma educacional denominado Ecopedagogia, conforme apresentado por Gadotti (2000), deve organizar-se em torno dos seguintes princípios.

- I. Ampliar a concepção de conteúdo curricular, reconhecendo como tal também as vivências, atitudes e valores.
- II. Desenvolver uma gestão marcada pela autonomia e participação.
- III. Valorizar a diversidade cultural, garantindo a manifestação das minorias étnicas religiosas, políticas e sexuais.
- IV. Constituir-se como uma pedagogia não-escolar, no sentido de dirigir-se não apenas à escola, mas ao planeta como um todo.

Em relação à informação acima, pode-se concluir que estão **CORRETAS**

- A) apenas as afirmativas I e II.
- B) apenas as afirmativas II e IV.
- C) apenas as afirmativas III e IV.
- D) todas as afirmativas.

Questão 35

Sobre a Lei n. 8.313, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), é **INCORRETO** afirmar que

- A) concede incentivos a projetos culturais que visem a exibição, utilização e circulação públicas dos bens culturais deles resultantes, bem como a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a circuitos privados ou a coleções particulares.
- B) destina recursos para a cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior.
- C) dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, no Brasil ou no exterior, a autores, artistas e técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil.
- D) prevê recursos para a construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos.

Questão 36

O Fundo Estadual de Cultura (FEC), criado pela Lei Estadual n. 15.975, tem como objetivos

- I. estimular o desenvolvimento cultural do Estado em suas regiões, com foco prioritário para a capital, considerando o planejamento e a qualidade das ações culturais.
- II. apoiar as ações de manutenção, conservação, recuperação e difusão do patrimônio cultural, material e imaterial do Estado.
- III. incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento sobre a cultura e as linguagens artísticas, preferencialmente ligadas à produção acadêmica.
- IV. promover o intercâmbio e a circulação de bens e atividades culturais com outros estados e países, difundindo a cultura mineira.

Estão **CORRETOS**

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens I e III.
- C) apenas os itens II e IV.
- D) todos os itens.

Questão 37

Um grupo de músicos, participantes de uma equipe de pesquisa de uma universidade privada, está desenvolvendo uma pesquisa sobre música barroca mineira. Interessados em divulgar o trabalho, os pesquisadores pretendem levantar recursos por meio do PRONAC para gravar um CD com as obras estudadas e catalogadas pelo grupo.

Encontrarão respaldo para seu intento?

- A) **Sim**, o PRONAC prevê fomento à produção cultural e artística desse tipo.
- B) **Não**, porque a produção pleiteada pelos pesquisadores não se enquadra na categoria de bem cultural prevista na legislação.
- C) **Sim**, desde que os recursos arrecadados com a venda do produto sejam revertidos para instituições filantrópicas.
- D) **Não**, porque a legislação não permite financiamento de projetos vinculados a instituições de natureza privada.

Questão 38

Em seu artigo intitulado “A tutela do patrimônio cultural imaterial brasileiro”, Mendes (2005) apresenta reflexões sobre a importância do patrimônio cultural imaterial brasileiro e a necessidade de democratizar a atividade inventarial de bens culturais dessa natureza.

Considerando a noção de patrimônio cultural imaterial destacada no texto, assinale a alternativa que a exemplifica.

- A) Paramentos litúrgicos do século XVII.
- B) Instrumentos de trabalho do período pré-capitalista.
- C) Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Ouro Preto.
- D) Línguas de povos indígenas em extinção.

Questão 39

A atividade de inventariar bens culturais marcados pela imaterialidade reveste-se de grande complexidade, dadas as dimensões da tarefa de compilação de bens do amplo e riquíssimo acervo cultural imaterial brasileiro e também devido a obstáculos relacionados à própria natureza da tarefa entre outros.

Sendo assim, essa atividade, segundo Mendes (2005), não pode prescindir

- A) da criação de legislação própria que regule a atividade inventarial.
- B) da centralização da ação inventarial de bens imateriais no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- C) da participação ativa da sociedade civil, assumindo parcela da ação inventarial por meio de seus vários organismos.
- D) do controle, pelo Poder Público, da atividade inventarial de bens culturais imateriais.

Questão 40

A Lei n. 10.973, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, apresenta as seguintes diretrizes, **EXCETO**

- A) assegurar tratamento favorecido a empresas de grande porte.
- B) atender a programas e projetos de estímulo à inovação na indústria de defesa nacional.
- C) dar tratamento preferencial, na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- D) priorizar, nas regiões menos desenvolvidas do País e na Amazônia, ações que visem dotar a pesquisa e o sistema produtivo regional de maiores recursos humanos e capacitação tecnológica.

Noções de Direito Público

Questão 41

Analise as seguintes afirmativas sobre a fundação instituída pelo poder público e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () A dotação patrimonial terá que ser inteiramente do poder público.
- () A sua natureza fundacional retira-lhe a possibilidade de auto-administração.
- () A forma de extinção das fundações governamentais é apenas por lei e, não, pelas disposições do Código Civil.
- () Terão imunidade tributária, quanto ao imposto sobre patrimônio, a renda ou serviços vinculados a suas finalidades essenciais.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (V) (F) (F)
- B) (F) (F) (V) (V)
- C) (V) (F) (V) (V)
- D) (V) (F) (V) (F)

Questão 42

O Controle da Administração Pública Indireta é exercido

- A) pela tutela e nos exatos limites estabelecidos em lei.
- B) pelo poder de autotutela que permitirá rever os atos ilegais e inoportunos.
- C) por um controle interno que permitirá a revisão de atos eivados de vícios.
- D) somente quando houver provocação dos administrados.

Questão 43

Sobre o Serviço Público, é **CORRETO** afirmar que

- A) a abrangência das atividades consideradas como serviço público são sempre as mesmas no tempo e no espaço.
- B) a gestão do serviço público é atribuição do Estado que poderá exercê-la de forma direta ou indireta.
- C) não poderá ser objeto de delegação pelo Poder Público em razão da supremacia do interesse público.
- D) será possível a distinção de caráter pessoal para que se faça jus à prestação do serviço público.

Questão 44

“No contrato administrativo, existe uma oferta feita, em geral, por meio do edital de licitação, a toda coletividade; dentre os interessados que a aceitam e fazem a sua proposta (referente ao equilíbrio econômico do contrato), a Administração seleciona a que apresenta as condições mais convenientes para a celebração do ajuste. Forma-se, assim, a vontade contratual unitária (primeiro elemento)” (Di Pietro, 2006, p. 261).

Sobre o contrato administrativo, segundo as previsões legais da Lei n. 8.666/93 e explicadas por Maria Sylvia, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Devido ao princípio da indisponibilidade, jamais poderá ser considerado como um contrato de adesão.
- B) É defesa à Administração Pública a rescisão do contrato em razão da associação do contratado com outrem para sua consecução. Tal possibilidade será adstrita ao caso de se conter esta norma de forma expressa no edital de convocação.
- C) É obrigatório por lei que a Administração Pública exija garantia do contratado nos contratos de obras, serviços e compras. Estas poderão ser das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária e aval pessoal de pessoa de Direito Público.
- D) Ocorrendo a rescisão por motivo de interesse público, caso fortuito ou de força maior, a Administração Pública estará obrigada a ressarcir os prejuízos regularmente comprovados, a devolver a garantia e a pagar as prestações devidas até a data da rescisão.

Questão 45

Sobre o Servidor Público, conforme as disposições da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável, duas vezes, por igual período.
- B) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- C) A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha de órgão público, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, cor ou imagem que caracterizem a promoção pessoal do servidor público.
- D) O servidor público será aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos.

Questão 46

O uso especial de bem patrimonial do Município por terceiro será objeto, na forma da lei, de concessão, permissão e autorização.

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, fazendo a relação da modalidade com o seu respectivo conceito, conforme descrito por Maria Sylvia Di Pietro em seu livro Direito Administrativo.

COLUNA I	COLUNA II
1. Concessão	() ato administrativo precário, unilateral, gratuito ou oneroso e discricionário pelo qual a Administração faculta a utilização privativa de bem público para fins de interesse público.
2. Permissão	() ato administrativo precário, unilateral e discricionário pelo qual a Administração consente que o particular utilize o bem público com exclusividade. É de caráter transitório.
3. Autorização	() contrato administrativo pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa do bem público, para que o exerça conforme a sua destinação.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (1) (2) (3)
- B) (3) (2) (1)
- C) (2) (3) (1)
- D) (2) (1) (3)

Questão 47

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** os requisitos para o recebimento da proposição pelo Presidente da Câmara, conforme o Regimento da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

- A) Redação clara e na forma técnica que melhor convier ao proponente, desde que não seja de matéria prejudicada.
- B) Redação clara, forma técnica legislativa e de livre estilo, não podendo conter semelhança com outra proposição em trâmite.
- C) Redação clara, obedecendo ao estilo parlamentar e à técnica legislativa, não podendo constituir matéria prejudicada, mas permitida a repetição de matéria em tramitação.
- D) Redação clara com estilo parlamentar e técnica legislativa, vedada a identidade e/ou semelhança com matéria em tramitação e a que estiver prejudicada.

Questão 48

É de Competência privativa da Câmara Municipal, segundo a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, **EXCETO**

- A) processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Secretário Municipal, bem como ocupante de cargo de mesma hierarquia deste, nas infrações político-administrativas.
- B) suspender, no todo ou em parte, a execução de ato normativo municipal declarado, incidentalmente inconstitucional, por decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado, quando a decisão de inconstitucionalidade for limitada ao texto da Constituição do Estado.
- C) promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do parcelamento, da ocupação e do uso do solo urbano.
- D) solicitar, pela maioria de seus membros, a intervenção do Estado.

Questão 49

Como informa Silva (2007, p. 476), “[...] a autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competências para o exercício e desenvolvimento de sua atividade normativa. Esta distribuição constitucional é ponto nuclear da noção de Estado federal.”

Para a devida repartição das competências entre os entes federativos, é adotado pela Constituição da República, segundo o autor, o princípio da

- A) unificação da federação.
- B) predominância do interesse.
- C) viabilidade jurídica.
- D) hierarquização administrativa.

Questão 50

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, há expressa proibição de que o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo até o segundo grau, ou por adoção, e os servidores e empregados públicos municipais não poderão firmar contrato com o Município.

A referida proibição subsistirá

- A) somente enquanto perdurarem as respectivas funções.
- B) mesmo depois de findas as respectivas funções e por um período de 02(dois) anos.
- C) mesmo que findas as funções, até que seja votada a próxima dotação orçamentária.
- D) até seis meses após findas as respectivas funções.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01 A B C D

02 A B C D

03 A B C D

04 A B C D

05 A B C D

06 A B C D

07 A B C D

08 A B C D

09 A B C D

10 A B C D

11 A B C D

12 A B C D

13 A B C D

14 A B C D

15 A B C D

16 A B C D

17 A B C D

18 A B C D

19 A B C D

20 A B C D

21 A B C D

22 A B C D

23 A B C D

24 A B C D

25 A B C D

26 A B C D

27 A B C D

28 A B C D

29 A B C D

30 A B C D

31 A B C D

32 A B C D

33 A B C D

34 A B C D

35 A B C D

36 A B C D

37 A B C D

38 A B C D

39 A B C D

40 A B C D

41 A B C D

42 A B C D

43 A B C D

44 A B C D

45 A B C D

46 A B C D

47 A B C D

48 A B C D

49 A B C D

50 A B C D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**